

O Brasil acaba de proclamar a República. Desde 1877, o País vive uma exponencial crise econômica. Deslocado do mercado internacional, pela concorrência e a maior produtividade da agricultura norte-americana, o algodão — nosso principal produto de exportação — entra em colapso. Em seguida chega a depressão econômica que vai perdurar até o fim do século.

Nossos preços de exportação suportam uma queda de 50%. Não fosse o café, agora o esteio mais firme da economia nacional, o desastre seria completo. A taxa de câmbio rola de 23 a 19 dólares. Em 1889, o governo vê-se obrigado a contrair um empréstimo gigante para a época: 19,8 milhões de libras esterlinas, a uma taxa de juros de 4%. Isso representa quase a metade de todos os empréstimos contraídos pelo Brasil desde a Independência.

Conforme a descrição de J. P. Wileman, em **Brazilian Exchange**, a entrada de capitais foi sempre inferior ao serviço da dívida. Entre 1876 e 1885, a importação de capitais reduz-se a 5,3% do valor das exportações, enquanto o serviço chega aos 12,2%. O Brasil deve rolar a dívida. A situação deficitária agrava-se. A doença da moda — a anemia perniciosa — também atinge a moeda e derruba nossa taxa de câmbio.

A crise mundial e o pânico de 73

Mas o Brasil não está só nesse mar de procela. Desde 1873, a economia mundial suporta a recessão. Uma superoferta de cereais é uma das causas da crise. A outra, uma queda na produção de ouro e o extraordinário aumento das cotações do metal.

Por volta de 1870, as minas da Califórnia registram uma sensível queda de produção. Paralelamente, verifica-se uma grande procura do metal para fins monetários. Vários países europeus, entre eles a Alemanha, buscam enquadrar-se no padrão ouro. Naturalmente, como este subia espetacularmente, as aplicações corriam para o metal e abandonavam paulatinamente os produtos agrícolas e industriais. Cresciam os estoques de cereais, arrastando com isso, em queda vertiginosa, os produtos agrícolas. A crise surpreende os agricultores norte-americanos que, desde 1850, haviam colonizado extensas áreas do país, cobrindo-as literalmente de campos produtivos de cereais. Instala-se a recessão, que ameaça pôr em xeque o surto norte-americano de progresso, o que também se traduziria em exportações crescentes para a Europa e na consolidação de uma eficiente rede ferroviária.

Este também é um período extremamente fértil para as forças produtivas, em escala mundial. Para um crescimento demográfico de 20%, a produção mundial de ferro se quintuplica. A de carvão cresce quatro vezes. A produção de gêneros alimentícios e algodão triplica-se. Os salários dobram. As pessoas podem, finalmente, comer mais e vestir-se melhor.

Os historiadores mostram que a guerra civil nos EUA estimulou o processo inflacionário, o que, por sua vez, gestaria numerosas empresas. As indenizações de guerra pagas pela França também empurraram um surto de progresso na Alemanha e na Áustria. Foi em meio a essa conjuntura, aparentemente favorável, que a crise eclodiu.

Já, então, as relações econômicas internacionais estreitavam-se. Um embrião do atual sistema financeiro internacional começava a surgir no horizonte. Foi por isso que a crise rapidamente se alastrou e fez com que o pânico se propagasse de um país ao outro. Muitas das fortunas construídas nos últimos anos, tanto na Europa como nos Estados Unidos, esfumavam-se em meio a falências em cadeia dos bancos e o fechamento das empresas. Era virtualmente o primeiro craque da economia mundial.

O Brasil, uma "ilha de prosperidade".

Por volta de 1873, o Brasil ainda não sofrera os efeitos da crise mundial. Segundo um retrospecto da revista **Conjuntura Econômica**, em 1948, há 35 anos, "o período de 1870 e 1876 até que foi de relativo progresso".



jornal da tarde

O SEU CADERNO DE PROGRAMAS E LEITURAS

O dia em que o Brasil decretou

a

MORATORIA

lb Teixeira

"A média das rendas públicas apresentou notável crescimento, atingindo pela primeira vez a cifra de cem mil contos. Não obstante, continuaram os déficits orçamentários, embora bastante diminuídos."

Mas os empréstimos continuaram a ser contraídos no Exterior. Um de três milhões de libras, com o habitual fim de fazer frente a despesas extraordinárias do Império, e outro, de cinco milhões de libras, para o levantamento de cartas, serviços em ferrovias, etc. O câmbio e os preços das exportações cresceram um pouco. Havia saldo suficiente para assegurar divisas e cobrir o serviço crescente da dívida e as remessas de dividendos das companhias estrangeiras que afluíam em número crescente ao País.

Mas o céu estava coberto de nuvens. As notícias que chegavam do Exterior "eram inquietantes". O que, na época, se poderia chamar sistema financeiro desabava sob a pressão das inadimplências. "Vai ser uma quebradeira geral" — prognosticavam os analistas mais afoitos.

A dívida brasileira

Além disso, o Brasil já se acomodara sob o peso de fantástica dívida externa. Gastar mais do que recebia era, já então, um costume nacional. Só no Império haviam consumido 880 mil contos mais do que arrecadaramos. Só a praça de Londres havia emprestado ao Brasil o equivalente a 329 mil contos. É claro que pagamos 445 mil, mas ainda devíamos 270 mil contos, ao proclamar-se a República. A diferença entre o principal e a quantia efetivamente paga ia por conta da rolagem da dívida. Mais juros, comissões e serviços.

Segundo a pesquisa de **Conjuntura**, os investimentos de capital e o patrimônio formado ao longo daqueles anos não justificavam "tão trágica herança". De fato, ao proclamar-se a República, as condições do País não eram muito diferentes daquelas que prevaleciam na época da Independência, embora sua população houvesse triplicado.

"Não existiam vias de comunicação, exceto meia dúzia de estradas de ferro, quase todas em estado precário. Não possuíamos um só porto aparelhado. As escassas in-

dústrias que floresceram, na época de Mauá, tinham desaparecido."

A explosão inflacionária

É nessa conjuntura que nasce a República. Lá fora, nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França a recessão já dura sete anos. No Brasil a mesma depressão iria perdurar até o final do século. O café, em hora oportuna, emigra dos Estados do Rio e Minas para São Paulo. É a rubiácea que atrai uma grande corrente de europeus, principalmente italianos, que ainda salva a honra nacional. Sua exportação duplica-se e gera alguns saldos apesar de que seu índice de preços baixa de 106 (1890) a 50 em 1899.

Furtado, em sua **Formação Econômica do Brasil**, conta:

"A grande depreciação cambial do último decênio do século, provocada principalmente pela expansão creditícia imoderada do primeiro governo provisório, criou uma forte pressão sobre as classes assalariadas, particularmente nas zonas urbanas. Essa pressão não é alheia à intranquilidade social e política que se observa nessa época, caracterizada por levantes militares e surtos revolucionários, aos quais o país já se des acostumara ao longo dos últimos cinquenta anos."

A Nação conhece o **Encilhamento** — ou seja, a superinflação, assim descrita pelo Visconde de Taunay, em forma empolada.

"Era o **Encilhamento** espécie de redemoinho fatal, de Maelstrom oceânico, abismo insondável, vórtice de indômita possessão e invencível empuxo a que iam convergir, em desapoderada carreira presas, avassaladas, inconscientes no repentino arroubo, as forças vivas do Brasil, representadas por economias quase seculares e de todo o tempo cautelosos, hesitantes... **Essa cruel e asquerosa época do Encilhamento terá, contudo, dilatada repercussão na vida social brasileira, derivando-se dela hábitos, tendências, objetivos e aspirações, de todo o ponto contrários às inflexíveis leis econômicas e que dificilmente hão de ser desarraigados do nosso organismo moral.**"

Para Taunay, o Encilhamento era também "nojenta lepra", em que "cuidasse cada qual de si, tirando das condições em que se achava todos os proveitos e levasse a breca o resto — traço dominante

da época, suma da filosofia em vigor".

Segundo Oliver Ónody, em **A Inflação Brasileira**, havia bons motivos na enxurrada retórica de Taunay. Para um índice igual a 231, em 1887, o custo de vida no Brasil alcançara os 497, em 1896. Ou seja, subira 115,1%, o que, para a época, era um terremoto econômico. O mundo ainda estava longe do aumento médio diário de 244,0% na Hungria (1946), 39,8% na Alemanha (1920) e 83,8% na Grécia (1948).

Outro historiador, Calógeras, descreve em **La Politique Monétaire du Brésil** as características da explosão inflacionária, ou do Encilhamento quando se fazem sentir as consequências clássicas das emissões incontroladas. Pululam as companhias, as empresas, os negócios, as razões sociais. A megalomania chega ao delírio. Projetos faraônicos nascem e são abandonados. Sobem os salários, elevam-se os preços, cresce a indisciplina social, principalmente nos centros urbanos.

Em exposição ao chefe do Governo Provisório, em 28 de dezembro de 1889, dizia Rui Barbosa:

"A febre do ágio, o delírio das especulações da Bolsa, promovidas e entretidas pela política financeira da Coroa, saturavam a atmosfera do fluido que devia exaltar as imaginações, alimentando essa alucinação de prosperidade que agitava a praça, suscitando lances de arrojo, cujas consequências a imprensa democrática prognosticou com a maior precisão. O jogo foi, pois, o principal gerador desse movimento. Os hábitos da nossa corretagem, as facilidades do sistema de comprar ou vender a longos prazos, a confiança indiscreta em uma política de teatralidades aparatosas favoreceram esse movimento, que se superagitou ao delírio."

Ao contrário do que ocorreria durante o século XVIII, quando o uso da moeda fora bastante escasso, ou do que acontecera na primeira metade do século XIX, quando boa parte do circulante era constituída de moedas falsificadas de cobre — cerca de 20% segundo alguns historiadores —, no Encilhamento havia uma abundância de moeda, notas e casas emissoras, como testemunha Taunay.

"Pululavam os bancos de emissão e quase diariamente se viam na

circulação monetária notas de todos os tipos, algumas novinhas, faceiras, artísticas, com figuras de bonitas mulheres e símbolos elegantes, outras sarapintadas às pressas, emplastradas de largos e nojentos borões."

As emissões de papel moeda são cada vez mais constantes. Ónody calcula que elas avançaram 71% em 1891. Mário Henrique Simonsen, em seu **Brasil 2001**, calcula, com base em dados do mesmo Ónody, que num período de 58 anos, de 1829 a 1887, os preços teriam apenas sido multiplicados por 2,31 o que corresponde a uma taxa média de inflação de apenas 1,5% ao ano. Uma taxa extremamente branda. Mas entre 1887 e 1896 — acentua o Simonsen — os preços teriam mais que duplicado por força das pesadas emissões nos primeiros anos da República.

Da indisciplina ao caos

As emissões empurram os preços. A inflação ou o Encilhamento empurra a desordem e pouco falta para o caos. Como dizia Lênin: o melhor meio de amadurecer um país para o comunismo é rebaixar o valor de sua moeda. Nem mesmo o campo brasileiro escapa à desordenada voragem dos maus negócios. Um relatório do Ministério da Fazenda de 1899 denuncia o regime que produziu a superabundância de papel-moeda no mercado e mostra como as "grandes emissões que excitaram a febre de negócios, desenvolvendo os canais da circulação monetária, invadiram os campos, destruindo a calma, a prudência e a sabedoria no espírito dos agricultores".

Também cai a última fronteira da disciplina. Em 1893 estala, no Rio, a Revolta da Esquadra, com ela e o caos na economia também chega a ameaça de intervenção estrangeira. A Marinha dividida ameaça bombardear o Rio de Janeiro em aberta rebelião contra o governo do vice-presidente Marechal Floriano Peixoto. Navios de guerra estrangeiros surtos na Baía de Guanabara, pertencentes à Inglaterra, França, Estados Unidos, Itália, Portugal declaram que se oporiam pela força àquela operação de guerra. O conflito se prolongaria até que os remanescentes da rebelião se assilassem em dois navios portugueses, o que levou o País a romper relações com Portugal.

As especulações com os títulos se generaliza. Em menos de um ano surgem 260 empresas e 37 bancos, com capital global de 3 bilhões de cruzeiros. Quase quatro vezes o capital de todas as sociedades existentes no Brasil ao proclamar-se a República. Eram apenas empresas de papel. Visavam exclusivamente emitir ações e espalhá-las no mercado de títulos, onde passavam sucessivamente de mão em mão sofrendo valorizações sucessivas.

Os planos eram fantásticos: construção de estradas de ferro transcontinentais, linhas de navegação transoceânicas e colonização dos territórios mais afastados e inacessíveis. Qualquer projeto faraônico servia de pretexto para promessas mirabolantes e novas incorporações de capital, arrastando os incautos. Finalmente, em fins de 1891, sobreveio o pânico, com a brusca desvalorização dos títulos que abundavam no mercado. Na quebradeira foram alcançados o joio e o trigo. Boas e más empresas. Sólidas ou de fachada, todas foram levadas de roldão para o fundo da falência coletiva.

Às vésperas do final do século XIX, além dos fatores internos, desestimulantes, a recessão internacional não permite o fluxo de capital estrangeiro. O País está bloqueado pela falta de divisas. Os capitais que aqui se encontravam tentam fazer o movimento inverso: buscavam liquidar suas posições, o que tornava nossas contas externas ainda mais precárias. O serviço da dívida externa crescia, em que pese o esforço até mesmo heróico que se fazia no campo das exportações.

O café daria o golpe de graça na esperança de o Brasil enfrentar com êxito o drama da falta de moedas estrangeiras. Apesar de preços bastante modestos, os estoques do produto acumulam-se sem destino. A depressão agrava-se. As falências generalizam-se. A receita cambial do País não dá para cobrir metade das despesas.

Finalmente, em 1898 cessa a rolagem da dívida. Quebram-se as resistências do orgulho nacional. Numa tarde de 15 de setembro, o governo rende-se à necessidade de negociar uma moratória com os credores externos. Um retrospecto de **Conjuntura Econômica**, publicado em 1948, mostra como as coisas aconteceram.

Diz a revista da Fundação Getúlio Vargas: **O serviço das dívidas fica suspenso por 13 anos, pagando-se os juros a vencer nos próximos anos com novos títulos de dívida. Também se suspendem, convertendo-se em dívidas consolidadas, os pagamentos relativos à garantia de juros a que se obrigara o governo para com diversas companhias inglesas e francesas de estradas de ferro. Com esse primeiro "funding loan", é acrescida nossa dívida externa de 8,6 milhões de libras".**

O Tesouro e o mercado cambial podem agora se desafogar, mas o preço a ser pago é considerável:

... **contos drásticos nas despesas, a porta de dificultarem a própria administração; aumento de impostos; alienação de bens públicos, inclusive navios de guerra; arrendamento de ferrovias do Estado; controle das rendas da Alfândega do Rio e outros portos, por fiscais designados pelos credores.**

A soberania nacional saía bastante arranhada. Mas como não há mal que sempre dure, a moratória de 1896, conduzida por um médico paulista, Joaquim Murinho, ministro da Fazenda de Campos Salles no período 1898-1902, iria resgatar o Brasil da desmoralização e do caos. Joaquim Murinho não teve uma formação convencional em economia, mas foi quem pela primeira vez, implementou no País um conjunto coerente de medidas econômico-financeiras. Seus dois objetivos de política foram alcançados em pouco tempo: a) reduzir a pressão sobre o balanço de pagamentos e b) restabelecer a credibilidade internacional do Brasil. Nem mesmo seus críticos mais veementemente deixaram de reconhecer o êxito de Murinho. Segundo Celso Furtado, graças ao médico paulista logra-se a recuperação do equilíbrio externo. A estabilidade do meio circulante e a correção orçamentária são outras realidades que voltam a dominar o panorama econômico brasileiro. Como Adam Smith e John Maynard Keynes, Joaquim Murinho também não era economista.

lb Teixeira é jornalista especializado em assuntos econômicos e redator da Revista **Conjuntura Econômica**, da FGV.